

# II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

## **Perto dos olhos, Perto da Consciência: Vivências Educomunicativas<sup>1</sup>**

Fabiane da Silva Prestes<sup>2</sup>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, RS  
Ijuí, RS

### **Resumo**

O presente trabalho consiste em proporcionar uma reflexão sobre a realidade social das crianças e adolescentes que recebem orientação dos integrantes do grupo de estudos da infância e da adolescência – GEIA, do Projeto de extensão Aprendizado Jurídico Social que faz parte do programa de assistência jurídica e pertence ao Curso de Direito da URI Campus de Santiago, tendo como área temática direitos humanos e justiça. Para o desenvolvimento das atividades são utilizados os métodos: dialógico e difusionista, inicialmente são realizadas reuniões de estudos e posterior debate. A seguir, são realizadas as ações educacionais, ou seja, visita a entidades, realização de palestras, oficinas e atendimento jurídico. Dessa forma, o GEIA cumpre a sua missão, unindo ação e estudo, acreditando em uma verdadeira transformação ética, direcionada para a realização do princípio da dignidade da pessoa humana.

### **Palavras-chave**

**Adolescência; cidadania; direitos humanos; edocumunicação; infância**

### **Introdução**

Por muito tempo a criança e o adolescente foram considerados insignificantes, sendo meros objetos sob o poder dos adultos, não eram sujeitos de direitos, nem mesmo cidadãos. Eram vistos como seres inacabados e não possuíam proteção digna. A trajetória da afirmação dos seus direitos, foi muito penosa, uma vez que se partiu de uma indiferença total, passando por uma fase irregular, até que o texto constitucional de 1988 apresentou uma nova perspectiva de vida aos infantes. Assim, crianças e adolescentes passaram a integrar o rol de cidadãos protegidos pelo ordenamento jurídico, principalmente quando o Estatuto da Criança e do Adolescente entrou em

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no GT 4 Relatos de Experiências: Mídia e Tecnologia na Educação do II Encontro de Educomunicação da Região Sul. Ijuí/RS, 27 e 28 de junho de 2013.

<sup>2</sup> Bacharel em Direito, ex-bolsista de extensão, egressa da URI/Campus Santiago, mestranda em Direitos Humanos na UNIJUÍ, pesquisadora da linha: Meio Ambiente, Direitos Humanos e Novos Direitos, bolsista da Capes.

# II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

vigor, demonstrando um exemplo de construção cidadã, baseado em uma pedagogia garantista.<sup>3</sup>

Seguindo os preceitos constitucionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu normas protetivas que ganham destaque em função da “condição peculiar de desenvolvimento”, alicerçadas pelo princípio do melhor interesse da criança, assegurando à criança e ao adolescente todas as oportunidades, a fim de ajudar no seu desenvolvimento físico, mental, moral, social e espiritual com liberdade e dignidade.

Nesse sentido MÁRIO VOLPI<sup>4</sup> afirma:

A doutrina da Proteção Integral, além de contrapor-se ao tratamento que historicamente reforçou a exclusão social, apresenta-nos um conjunto conceitual, metodológico e jurídico que nos permite compreender e abordar as questões relativas à crianças e aos adolescentes sob a ótica dos direitos humanos, dando-lhes a dignidade e o respeito do qual são merecedores.

Portanto, é perceptível que tanto os princípios constitucionais quanto os que compõem o ECA, têm como objetivo conduzir a criança ao alcance da maioridade de uma forma justa e em condições para que possam gozar de seus direitos plenamente, a fim de que se tornem cidadãos adultos dignos, livres e respeitados.

## Objetivos

O projeto aprendizado jurídico social possui como objetivo conscientizar a comunidade para a importância do respeito e proteção aos seus direitos, estimulando a busca da solução de seus problemas, como uma forma de promoção da cidadania para o fortalecimento da democracia, de modo que a Universidade desempenhe a sua função, através de ações que procuram articular ensino, pesquisa, extensão e sua responsabilidade social.

Tendo como metas gerais a articulação dos grupos específicos em uma reunião semestral para a apresentação dos resultados das ações dos grupos e a produção anual de um caderno de experiências.

As metas específicas se distribuem conforme as linhas de ação do projeto, de modo que, a linha de proteção à Infância e Adolescente pretende mapear os bairros mais carentes de Santiago/RS, no que se refere às crianças e adolescentes. Visitar entidades relacionadas com a criança e o adolescente a fim de conhecer de perto o trabalho por elas desenvolvido, assessorando-as em assuntos relativos a ação. Realizar

<sup>3</sup> SARAIVA, João Batista da Costa. **Adolescente em conflito com a lei: da Indiferença à proteção Integral: Uma abordagem sobre a responsabilidade penal Juvenil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

<sup>4</sup> VOLPI, Mário. “A proteção integral como contraposição à exclusão social de crianças e adolescentes”. Prefácio ao livro **Adolescente e Ato Infracional: Garantias Processuais e Medidas Socioeducativas**, de João Batista da Costa Saraiva.

# II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

palestras explicativas a respeito dos direitos e deveres das crianças e adolescentes e da aplicabilidade do ECA. Criar uma cartilha sobre o ECA, a fim de defendê-lo e disseminá-lo frente à sociedade.

## Métodos e técnicas utilizados

O trabalho é desenvolvido através do método dialógico e difusionista dependendo do contexto e da ação. As ações se distribuem conforme as linhas de ações do projeto, sendo coordenadas e implementadas pelos grupos de estudos.

Em um primeiro momento realiza-se um estudo em grupo da doutrina e legislação pertinentes referente a cada uma das linhas de ação, procedendo-se a leitura e fichamento de obras, que são analisadas numa concepção multidisciplinar.

O trabalho tem como objetivo estimular a comunidade pela busca da proteção de seus direitos, bem como oportunizar ao acadêmico o desenvolvimento integrado do ensino, pesquisa e extensão.

## Descrição e discussão do processo de experiência

Os objetivos previstos no projeto foram atingidos quase em sua totalidade, uma vez que, foi adquirida suficiente base teórica relacionada com as temáticas pertinentes aos grupos de estudos.

No que tange as metas gerais, foi realizado um grande encontro entre os grupos de estudos, com o objetivo de atingir a meta prevista no projeto, de que seja realizada uma reunião entre os grupos para apresentação dos seus resultados. Dessa forma, como um meio de integração dos grupos extensionistas, é realizada anualmente a Jornada do Projeto Aprendizado Jurídico. A organização do evento é de responsabilidade dos acadêmicos e professores que compõem o referido projeto de extensão universitária Aprendizado Jurídico, o que culmina na produção de um caderno de experiências, que relata todas as atividades desenvolvidas pelo projeto.

As metas específicas são distribuídas conforme as linhas de ação do projeto.

Assim, a Linha de Proteção a Infância e Adolescência é coordenado pelo Grupo de Estudos da Infância e Adolescência – GEIA e possui o intuito de buscar dados científicos e verídicos sobre a realidade social das crianças e adolescentes santiaguenses. Inicialmente busca-se compreender a sistemática trazida pela Lei 8.069 de 1990, já que após o seu advento a sociedade passou a perceber a importância das crianças e adolescentes no contexto social.

Desse modo desde 2004 (5ª Edição do Projeto Aprendizado Jurídico) são realizadas reuniões semanais, com o objetivo de aprimorar conceitos, discutir novidades, e debater opiniões acerca dos direitos e deveres da criança e do adolescente.

# II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

Nesse alinhamento, são realizadas conversas e palestras explicativas a respeito dos direitos e deveres das crianças e adolescentes, da responsabilidade dos pais e da aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de disseminá-lo frente à sociedade.

## Resultados

A primeira grande ação extensiva desenvolvida pelo GEIA, foi o projeto Formação Cidadã, desenvolvido junto a associação do Bairro Atalaia, Santiago/RS, com o objetivo de realizar um levantamento de dados referentes a crianças e adolescentes, bem como divulgar os verdadeiros princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente por meio de palestras/conversas com os moradores do bairro.

O grupo desenvolveu outras ações além dos limites da universidade, como o projeto aplicado nas Escolas Municipais de Santiago, que visa divulgar os verdadeiros princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, através de atividades que interligam meio ambiente, proteção aos idosos, direitos do consumidor e direitos fundamentais.

Nesse mesmo sentido, foram ministradas palestras em diversas escolas de Santiago e região, com temas diversos, tais como: “Os mitos do ECA”, com o objetivo de desmitificar conceitos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, os quais foram sendo introduzidos na opinião pública e que devem ser esclarecidos para não retardar a compreensão e efetivação da legislação.

Foram desenvolvidos Cursos de atualização para conselheiros tutelares nas cidades de Unistalda, Jaguari e São Vicente do Sul, com o objetivo de discutir temas atuais sobre criança e adolescente, bem como a verdadeira função de um conselheiro, qual seja a de zelar pelo cumprimento dos direitos inerentes aos infantes, tendo um encargo social para fiscalizar a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público.

Com a finalidade de conhecer de perto a realidade social das crianças e adolescentes, são realizadas visitas técnicas aos Lares dos Meninos e das Meninas, APAE, Escola de Turno Oposto Criança Feliz. E perceber no brilho do olhar de cada criança, uma esperança por um futuro melhor, e com certeza um estímulo para a continuidade dos trabalhos.

O grande marco da história do GEIA foi a realização da I Mostra Artística, I Encontro Regional sobre criança e adolescente, IV Curso de Capacitação para o Atendimento do Adolescente em conflito com a lei, em parceria com a ONG CEDEDICA de Santo Ângelo, o evento que contou com a presença de renomados palestrantes, foi abrilhantado com a mostra artística das crianças de Santiago, que cantaram e encantaram os participantes. No evento foram arrecadados alimentos, que

# II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

posteriormente foram doados ao Lar dos meninos e das meninas, a Secretaria de Desenvolvimento Social e ao Asilo Santa Isabel.

Em evento comemorativo ao aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, o GEIA promoveu uma festa comemorativa, envolvendo todas as escolas de Santiago, sendo realizadas gincanas, torneios de futsal e vôlei, sorteio de brindes, apresentações teatrais. Na oportunidade, foi escolhido um slogan para o evento: *ECA – Confiar vale a pena, pois grande é o sonho.*

E é na crença nesse grande sonho que o GEIA participou do Seminário Nacional de Educação com a oficina: Estatuto da Criança e do Adolescente e realizou vários cursos de capacitação para o atendimento do adolescente em conflito com a lei, demonstrando que o principal desafio é a promoção e reinserção social destes adolescentes, oportunizando que construam um projeto de vida adequado aos princípios da ética, da solidariedade e da dignidade humana.

Como uma forma de estreitar laços com os adolescentes foram realizadas as oficinas “jovem em ação”, oportunidade em que foram discutidos temas como trabalho infantil, violência, direitos e deveres. Assim, sendo possível uma troca de valores, ou seja, os acadêmicos vivenciaram a realidade dos adolescentes, enquanto que estes tiveram suas dúvidas esclarecidas.

Sem dúvida uma das mais relevantes atividades realizada é a participação na ONG Casulo, firmada por meio de um convênio, que possibilita a prestação de assessoria jurídica aos adolescentes. Há uma grande troca de valores, não só pelo acompanhamento processual, mas pela possibilidade de se entender o perfil do adolescente em conflito com a lei, suas angústias, os estímulos e privações que levaram ao ato infracional.

A partir do ano de 2006 o evento Mostra Artística, Seminário Regional sobre criança e adolescente e Jornada do Projeto aprendizado jurídico passou a integrar o calendário de atividades do curso de Direito, dessa forma anualmente é realizada uma mostra de trabalhos artísticos, coral, teatro, dança e a exposição de desenhos e trabalhos artesanais das crianças e adolescentes de Santiago e região. Concomitantemente é realizado o encontro regional, com palestras de renomados profissionais da área, e a jornada, que possibilita a apresentação das atividades de extensão, realizadas pelos grupos de estudos do Projeto Aprendizado Jurídico. Além disso, são arrecadados materiais escolares, parte da campanha “Sua doação pode ajudar a preencher a página do futuro de muitos jovens”, que posteriormente são doados aos adolescentes cadastrados na ONG Casulo e aos meninos e meninas abrigados nos Lares.

Como realização de um grande sonho dos integrantes do GEIA foi lançada a Cartilha “Conhecendo o ECA” uma forma de estimular a leitura e compreensão sobre o Estatuto, e sem dúvida uma importante contribuição acadêmica, que produziu um instrumento que combina a experiência prática com a produção do conhecimento, sendo

# II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS - 27 e 28 de junho de 2013

redigida de forma clara e simples, possibilitando o entendimento à todas as pessoas, e sendo uma forma atrativa para que as crianças e adolescentes conheçam seus direitos e deveres.

## Considerações Finais

Diante do exposto, percebe-se que o Grupo de estudos da infância e da juventude, organiza-se em torno dos quatro pilares da educação, ou seja, inicialmente aprende-se a conhecer e para poder agir sobre o meio, aprende-se a fazer, a fim de participar de modo responsável com os outros, aprende-se a viver juntos e finalmente aprende-se a ser. E todo esse aprendizado, que mais do que um aprendizado jurídico é um aprendizado de vida, é a consciência dos problemas sociais, é a compreensão das questões relativas à criança e ao adolescente sob a ótica dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana.

Vê-se, pois, o comprometimento dos integrantes do grupo, bem como da professora orientadora com transformação social, atuando na luta por um futuro melhor para as crianças e adolescentes da cidade de Santiago e região. Tendo sendo dúvida como meta aprender a viver junto e aprender a conviver com o outro, sendo capaz de aplicar essa aprendizagem nas situações existenciais concretas, por meio da alteridade, do respeito e valorização do outro, da natureza e da humanidade.

## Referências

SARAIVA, João Batista Costa. *Direito Penal Juvenil. Adolescente e Ato Infracional. Garantias Processuais e Medidas Socioeducativas*. 2 ed. re ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

\_\_\_\_\_. *Adolescente em conflito com a lei: da Indiferença à proteção Integral: Uma abordagem sobre a responsabilidade penal Juvenil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

VOLPI, Mário. “A proteção integral como contraposição à exclusão social de crianças e adolescentes”. Prefácio ao livro **Adolescente e Ato Infracional: Garantias Processuais e Medidas Socioeducativas**, de João Batista da Costa Saraiva